

Índice Firjan Gestão Fiscal - Edição 2025

Panorama das contas dos municípios do Ceará e principais desafios

ANÁLISE ESPECIAL | IFGF

www.firjan.com.br/ifgf

O **Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF)** apresenta uma radiografia completa da situação das contas públicas municipais. O índice é inteiramente construído com base em resultados fiscais oficiais, declarados pelas próprias prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e é composto por quatro indicadores¹: **Autonomia**, **Gastos com Pessoal**, **Liquidez** e **Investimentos**. A leitura dos resultados é bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próxima de 1 melhor a gestão fiscal do município. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF:

Gestão de Excelência: resultados superiores a 0,8 ponto.

Boa Gestão: resultados entre 0,6 e 0,8 ponto.

Gestão em Dificuldade: resultados entre 0,4 e 0,6 ponto.

Gestão Crítica: resultados inferiores a 0,4 ponto.

A Situação Fiscal dos Municípios Brasileiros

O Brasil enfrenta um ambiente econômico desafiador: juros altos, contas federais em desequilíbrio e incertezas externas. Além disso, consolida-se internamente um quadro de baixa competitividade, que trava o crescimento e afasta investimentos. Nesse cenário, municípios ganham relevância: por estarem mais próximos do cidadão, podem atacar ineficiências e transformar a gestão dos recursos públicos em melhores serviços para a população.

O Índice Firjan de Gestão Fiscal (IFGF) mostra como os municípios administram seus recursos e evidencia que uma gestão eficiente é decisiva para fortalecer a competitividade do país. Esta edição do índice avaliou as contas de 5.129 cidades a partir dos dados do ano de 2024.

¹ Para mais detalhes, consulte o anexo metodológico: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>

Em média, os municípios encerraram o ano em situação fiscal favorável: o IFGF alcançou 0,6531 ponto, o melhor resultado da série iniciada em 2013. Ainda assim, 46 milhões de brasileiros vivem em localidades com gestão ineficiente das contas públicas, permanecendo expostos às oscilações econômicas e políticas.

Na comparação anual, a ampliação das transferências da União foi determinante para o crescimento das receitas municipais e contribuiu para a melhora fiscal das cidades. Essa maior disponibilidade de recursos sustentou a expansão dos gastos, sem comprometer a folga orçamentária. Desta forma, mesmo com baixa autonomia, sobretudo nas cidades menores, as prefeituras encerraram 2024 com melhor planejamento e menor peso das despesas de pessoal no orçamento. Além disso, os investimentos públicos atingiram patamar recorde.

Apesar dos avanços, persistem desafios para transformar esse quadro em desenvolvimento econômico. Sem critérios claros de alocação de receitas e mecanismos de avaliação dos gastos, o ganho fiscal não se converterá em competitividade tampouco em melhorias sociais.

À luz desse cenário, esta análise aborda os principais desafios para a gestão fiscal nos municípios do estado do Ceará². Foram analisadas as contas de 181 dos 184 municípios cearenses³, onde vivem 9,2 milhões de pessoas - 99,6% da população estadual.

A Situação Fiscal dos Municípios Cearenses

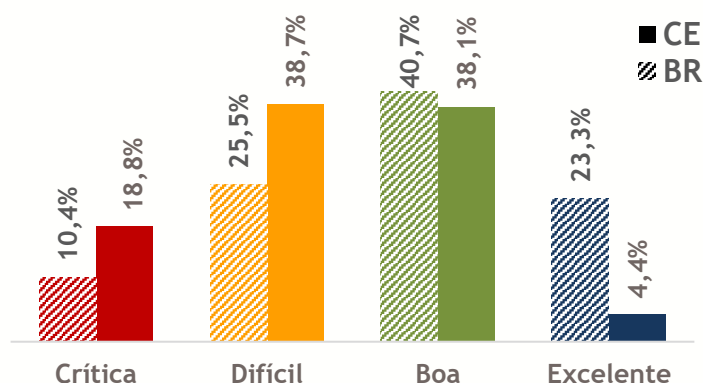
Mais de 30% das prefeituras cearenses não geram receita suficiente para manter o prefeito e a Câmara

Na média, os municípios cearenses terminaram o ano de 2024 com uma situação fiscal difícil. O IFGF médio do estado alcançou **0,5491 ponto** – 15,9% abaixo da média nacional (0,6531 pontos). A cada cinco municípios cearenses, três encerraram 2024 com situação fiscal crítica ou difícil - dados no gráfico abaixo. Mesmo com esse panorama desfavorável, 38,1% das prefeituras terminaram o ano com boa situação fiscal, enquanto 4,4% dos municípios apresentaram uma excelente gestão fiscal.

² O IFGF, com dados específicos de cada município analisado no Brasil, análises e propostas, pode ser consultado através deste link: www.firjan.com.br/ifgf

³ Os dados dos municípios de Graça, Meruoca e Penaforte não foram avaliados devido à indisponibilidade ou inconsistência nas informações declaradas.

Distribuição da gestão fiscal dos municípios cearenses em 2024



Os municípios do estado apresentaram baixa rigidez orçamentária e bom nível de investimentos. No entanto, o quadro fiscal das cidades cearenses foi marcado pela baixa autonomia e pelo planejamento financeiro ineficiente.

A seguir, serão apresentados os resultados dos quatro indicadores que compõem o IFGF. Além de resumir o quadro fiscal de 2024 dos municípios do Ceará, os indicadores abordam os principais entraves enfrentados pelas prefeituras na gestão dos recursos públicos.

O **IFGF Autonomia** foi o indicador com desempenho médio mais baixo entre os municípios do Ceará: **0,1887 ponto**, 57,1% abaixo da média nacional (0,4403). O indicador avalia se as receitas geradas pela atividade econômica local são suficientes para cobrir as despesas essenciais ao funcionamento da administração municipal⁴. Em 2024, 92,8% dos municípios do estado - 168 de 181 - ficaram com conceito C ou D no indicador. Desse grupo, 59 prefeituras (32,6% do total) não foram capazes sequer de suprir suas despesas básicas e, portanto, receberam nota zero no indicador.

O IFGF Autonomia evidencia um problema que é crônico na esfera municipal: A alta dependência de municípios por transferências de recursos públicos da União para suprir necessidades mínimas locais. As consequências são: vulnerabilidade frente ao ciclo econômico, desincentivo a gestão fiscal responsável e estagnação da base econômica no município.

Ao contrário do desempenho do indicador de Autonomia, o **IFGF Gastos com Pessoal** teve bom desempenho no estado, mesmo que tenha ficado 8,1% abaixo da média nacional (0,7991). A pontuação de **0,7340** reflete que as prefeituras do estado possuem boa flexibilidade orçamentária e baixo peso da folha de pagamentos de salários e aposentadoria de servidores. Dos 129 municípios que ficaram com conceito bom ou excelente no

⁴ São consideradas como despesas essenciais ao funcionamento da máquina pública aquelas destinadas ao funcionamento da Câmara Municipal e da estrutura administrativa da prefeitura.

indicador, 47 (26,0% do total de municípios) receberam nota máxima por destinarem menos de 45% de seu orçamento para despesas com pessoal.

No entanto, vale citar que 20 prefeituras comprometem mais 54% da Receita com a folha de salário e aposentadorias do funcionalismo público⁵. Entre essas cidades, três⁶ destinam mais de 60% da receita para esse tipo de despesa, ou seja, ultrapassaram o limite máximo para gasto com pessoal determinado pela LRF.

No **IFGF Liquidez**, que avalia se as prefeituras dispõem de recursos em caixa para cumprimento das obrigações financeiras de curto prazo, os municípios cearenses apresentaram baixo desempenho: **0,5074 ponto**, 24,1% abaixo do registrado na média dos municípios do país (0,6689). Nessa vertente, 117 prefeituras (64,6%) ficaram com conceito C ou D, desse grupo, 40 municípios encerraram 2024 no “cheque especial”, pois, não possuíam recursos em caixa para cobrir despesas postergadas para o ano seguinte. Dessa forma, esses municípios receberam nota zero no indicador pela ineficiência do planejamento financeiro.

Na contramão deste cenário, 64 cidades (35,4%) se destacaram com um planejamento financeiro eficiente, com 31 deles alcançando nota máxima no indicador.

Por fim, o **IFGF Investimentos**, que mede a parcela da receita destinada aos investimentos públicos, teve resultado médio de **0,7664 ponto** e foi a única vertente acima da média nacional (0,7043). Dos 181 municípios analisados, 134 (74,0%) apresentaram elevado nível de investimento público em 2024, dentre os quais 68 prefeituras ficaram com nota máxima no indicador ao destinarem mais de 12% do orçamento para esse tipo de despesa. A destinação de recursos para investimentos públicos é fundamental para a geração de bem-estar para população quanto para o desenvolvimento do ambiente de negócios local.

Destaque: Fortaleza - CE

Em 2024, a capital cearense apresentou boa gestão fiscal, ao registrar nota **0,7532** no IFGF Geral. Fortaleza se destacou ao atingir grau excelente nos indicadores **Investimentos** e **Autonomia**, este último com nota máxima. Além disso, também apresentou boa flexibilidade orçamentária, refletida na nota **0,6991** em **Gastos com Pessoal**.

⁵ A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) determina um limite de alerta de 54% da RCL para Gastos com Pessoal. Quando os municípios atingem esse limite a lei determina que adotem medidas de ajuste fiscal, reduzindo despesas com pessoal e contingenciando novos gastos. Quando o município ultrapassa o limite de 60% de gasto com pessoal, a LRF obriga a reduzir a despesa nos dois quadrimestres seguintes, inclusive com corte de cargos comissionados e funções de confiança.

⁶ Amontada, Bela Cruz e Iracema

Por outro lado, o indicador de **Liquidez** não permitiu que a cidade tivesse um desempenho fiscal mais elevado: o desempenho da capital na vertente foi baixo, representado pela nota 0,4983. Esse resultado indica que o município começou o ano de 2025 com pouca folga para cobrir as despesas contratadas no ano anterior.

Na comparação com as capitais das 26 unidades federativas, Fortaleza ficou somente na 17ª colocação. A menor flexibilidade orçamentária e a menor liquidez, frente a média das capitais, fizeram a cidade se posicionar na metade inferior do ranking.

A análise histórica mostra que Fortaleza possui uma sólida trajetória de boa gestão fiscal, com dados históricos positivos em Autonomia, nota máxima em todos os anos, e Gastos com Pessoal. Além disso, a cidade alcançou excelente nível de investimento públicos.

Tabela 3: Evolução da Gestão Fiscal no Município de Fortaleza

Ano	IFGF Geral	Autonomia	Gastos com Pessoal	Liquidez	Investimentos
2013	0,7321	1,0000	0,4542	0,8596	0,6146
2014	0,7910	1,0000	0,7220	0,7707	0,6712
2015	0,7836	1,0000	0,8821	0,7835	0,4688
2016	0,8076	1,0000	0,7331	0,9038	0,5934
2017	0,7434	1,0000	0,7259	0,8308	0,4168
2018	0,7889	1,0000	0,8523	0,8716	0,4319
2019	0,8481	1,0000	1,0000	0,7960	0,5962
2020	0,8109	1,0000	0,8053	0,5575	0,8808
2021	0,7571	1,0000	0,8276	0,5089	0,6920
2022	0,6786	1,0000	0,5902	0,5791	0,5453
2023	0,7521	1,0000	0,6600	0,7226	0,6256
2024	0,7532	1,0000	0,6991	0,4983	0,8154
Média CE 2024	0,5491	0,1887	0,7340	0,5074	0,7664
Média Capitais 2024	0,7888	0,9039	0,8102	0,7360	0,7050

EXPEDIENTE: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) - Av. Graça Aranha, 01 CEP: 20030-002 - Rio de Janeiro | Presidente: Luiz César Caetano | Diretor de Competitividade Industrial, Inovação Empresarial e Comunicação Corporativa: Maurício Fontenelle Moreira | Gerente Geral de Competitividade: Luís Augusto Azevedo | Gerente de Estudos Econômicos: Jonathas Goulart | Equipe Técnica: Nayara Freire, Antônio Carvalho e Jefferson Guilherme.

Informações: economia@firjan.com.br
Visite nossa página: <https://www.firjan.com.br/ifgf/>